

almarios” que os falsos (nem todos) familiares exigiram que Paiva lhes mostrasse (Freire especifica quanto às buscas efectuadas: “(...) buscára as Lógeas, o primeiro sobrado e o segundo em que estavaõ as mulheres, as agoas furtadas, humas arcas, as camas entre as roupas, e huñs cubos de fructa”), a “Bolsa verde” em que Silva Freire tinha 13\$200 réis. Mas mais informativo é o auto do sequestro dos bens do sapateiro:

- “Huma tassa de prata com huã bordadura liza, e o corpo lizo.
- Huã salva de prata liza com o seo pe da mesma forma.
- Hum par de botois de ouro, de camiza.
- Trez lençois lizos, e mais hũ de renda liza de pano de linho.
- Duas camisas de punhos, e huã de esguiaõ, digo sem punhos.
- Hũ masso com cincoenta e oito papeis (...)
- Hum talher, de faca, colher, e garfo.
- Huã casaca e vestia de pano alvadio forrado de tafetá.
- Hũ masso de cartas, com hua provizaõ.
- Dous pares de meyas brancas e hũ de pretas de seda
- Hũ florete de prata de frança
- Hũ chapeo fino
- Dous camizotes de punhos hũ de esguiaõ e hum de pano (...) ambos com assentos bordados.
- Huã camiza de pano de linho ja uzada.
- Dous guardanapos atoalhados.
- Quinhentos e cincoenta reis em dinheiro e hum par de fivelas de prata com suas charneiras da mesma prata.
- Seis massos de papeis (...).
- Dous lançois de pano de linho lizo ja uzados.
- Huã colcha de palmito, de seda.
- Secenta e seis couros de sola vermelha do Maranhão.
- Secenta e trez meynos couros de sola do Brazil.

- Quarenta e nove couros de sola vermelha.
- Mais dezaseis couros de sola.
- Mais sete meynos couros de sola.
- Mais vinte e cinco couros de sola.
- Mais oito bezerros.
- Treze pares de sapatos de bezerro tinto.
- Cinco pares de sapatos de atanado branco.
- Mais vinte e quatro pares de sapatos (...).
- Mais dos ditos sapatos asima duzentos e outenta, e cinco.
- Mais hum chapeo velho.”
- O precedente *fatras babylonien* de informações díspares procurou concretizar tendência que há décadas se vem afirmando nos estudos inquisitoriais, a atenção maior dada à realidade vivida para além das paredes da Inquisição e revelada nos documentos por ela produzidos. Tê-lo-á conseguido? E a que preço?

MACAU E A REVOLUÇÃO REPUBLICANA DA CHINA: PERSPECTIVAS DIPLOMÁTICAS E ÓPTICAS CONTEMPORÂNEAS

Por DIOGO FERREIRA



“Sun Yat-Sen com o governador Álvaro de Melo Machado no Grémio Militar (Macau-1910)”

Introdução

Perante a necessidade de compreender a analisar o impacto da Revolução republicana chinesa de 1911-1912 na colónia portuguesa de Macau surge este estudo que será preludiado por uma breve abordagem ao enquadramento desta revolução, pelo contexto em que se situava a província de Macau no dealbar do século XX, bem como de uma síntese das relações diplomáticas luso-chinesas.

No âmbito do «Estado da Arte» o artigo de António Saldanha, “*Sun Yat-Sen e a fundação da República Chinesa vistas de Portugal: Uma aproximação política e diplomática*”, e a obra de Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China*, são os estudos que possuem maior aproximação à temática deste trabalho. Tendo em conta que ambos alargaram a sua investigação diplomática à escala de Cantão e Pequim e não se circunscreveram a Macau, opta-se por especificar a influência de Cantão no Governador de Macau devido à proximidade geográfica. No campo das fontes inéditas adicionam-se algumas

visões presentes no Arquivo Histórico-Ultramarino para completar o âmbito diplomático, mas é através do uso de obras e textos pós-revolucionárias de intelectuais republicanos, que viviam ou contactavam com Macau, que se estudarão **ópticas** contemporâneas, esperando-se contribuir para o impacto da revolução na antiga colónia portuguesa.

Relativamente à crítica de fontes, Borges de Macedo sintetiza a secção diplomática: “*A história diplomática recorre a diversos métodos, conforme os dados que se propõe interpretar, a amplitude da experiência que pretende analisar, exprimir ou esclarecer ou a situação que se lhe apresenta para reconstituir, conforme a finalidade, em suma, que visa para os seus estudos*”¹. As críticas executadas relacionam-se com o facto das personagens em causa (Governador de Macau e Cônsul de Cantão), tendo conhecimento das reivindicações nacionalistas, exacerbarem o receio que Macau fosse uma região a

¹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica*, Tribuna da História, Lisboa, 2008, p. 93.

recuperar pela China ou que a população autóctone começasse a demonstrar sentimentos exacerbados contra os portugueses. Por outro lado, a maioria da informação obtida passava por uma intensa filtragem devido ao distanciamento geográfico face aos locais onde os principais acontecimentos políticos sucediam.

Das fontes que fundamentam a secção «visões contemporâneas», podemos entender que já possuem um determinado «*handicap do a posteriori*», isto é, são comentários efectuados conscientes daquilo que se passou, na sua óptica, de correcto ou errado. Assim, devem ser vistos à luz da subjectividade e da visão exclusiva de cada personagem cujas convicções republicanas são, na maioria, favoráveis a Sun Yat-Sen e críticas a Yuan Shikai.

Por fim, do ponto vista conceptual, o termo «Revolução» para todo o processo republicano é posto em causa por dois historiadores especialistas, Zarrow e Gasster. O primeiro afirma que “*Nor did culture, society and the economy appear to change, even with the collapse of the imperial political structure. They were changing, but not as a direct result of the 1911 Revolution*”², enquanto o segundo defende que a conservação do *status quo*, do ponto de vista social, foi praticamente integral.³

Breve Enquadramento da Revolução Republicana Chinesa de 1911-12

Não sendo o propósito deste estudo abordar intensivamente as causas que fundamentaram a metamorfose institucional, desenham-se as linhas gerais que levaram à República em 1912. O primeiro grande factor insere-se nas guerras que aumentaram a dependência externa e simbolizaram graves perdas demográficas. As Guerras do Ópio contra a Inglaterra (1839-1842 e 1856-1860) ou a Revolta *Taiping* (1851-1864) na longa duração, e a derrota com o Japão (1895) e a Revolta Boxer (1898-1901) a curto-prazo, forçaram a abertura de portos ao comércio livre, incrementaram as divergências internas⁴,

2 ZARROW, Peter, China in War and Revolution, 1895-1949, Routledge, London, 2005, p. 30.

3 GASSTER, Michael, “The Republican Revolutionary Movement” in Cambridge History of China, vol. 11, Late Ch’ing 1800-1911 part II, org: TWITCHETT, Denis, CUP, Cambridge, 1980, p. 463.

4 PELLEGRINI, Giacomo, “A China e Europa da Revolução Industrial” in História Universal, vol. 13, As Unificações Nacionais na Europa e a sua

aumentaram os adeptos do constitucionalismo e forçaram o pagamento de elevadas indemnizações⁵.

O segundo aspecto prende-se com a influência da Aliança Revolucionária (1905), herdeira da *Revive China Society* (1894), e com a coalização política efectuada entre reformistas e revolucionários defensores de três princípios: *Democracia, Bem-Estar e Nacionalismo*. A Aliança, liderada por Sun Yat-Sen, foi capaz de congregar os vários estudantes que tinham sido enviados para o Japão, cujos heróis “*were the men of the American and French Revolutions*”⁶ e adquirir o apoio de elementos do «*New Army*» fundamentais para os golpes entre Outubro e Fevereiro.

Entre os vários aspectos que mereciam uma análise mais detalhada, realço a incapacidade de reforma constitucional que fora prometida pela Imperatriz Cixi, onde se destaca o fracasso dos 100 Dias de Reforma (1898) e a promessa de uma Constituição posta em prática apenas em 1917, desgastando a esperança dos reformistas e da «*new gentry*» local na mudança⁷ e o facto da dinastia Qing ter origem estrangeira o que feria o orgulho patriótico dos chineses. Além disso, a convicção cultural autárcica dos chineses sempre esteve patente, nomeadamente no *Movimento de Auto-Fortalecimento* (1861)⁸, o que, perante o incremento da dependência externa e da utilização de capitais estrangeiros na construção de caminhos-de-ferro, aumentou o desejo de emancipação na população.⁹ Por fim, deve-se relatar o vazio de poder que resultou da morte de Cixi e do Imperador já que subiu ao trono um bebé, Pu Yi.

Até à revolta de Wuchang, em Outubro de 1911, os Qing foram-se segurando no poder, mas o rápido alastramento revolucionário através de uma imprensa que observou “*the regional uprisings to be related in a larger process of revolution*”¹⁰ e de

Influência Colonial e A Era do Imperialismo, org. SALVADORI, Massimo, Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005, pp. 552-555.

5 GILBERT, Martin, História do Século XX, vol. 1, Expresso, Lisboa, 2013, pp. 13-14.

6 GASSTER, Michael, op. cit, p, p. 475.

7 SPENCE, Jonathan, The Search for Modern China, Norton & Company Inc., NY, 1999, pp. 245-249.

8 PISCHEL, Enrica, “A Revolução Maoísta” in História Universal, vol. 15, A Idade dos Totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial, org. SALVADORI, Massimo, Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005, p. 747.

9 GASSTER, Michael, op. cit, p.250.

10 ZARROW, Peter, “Chinese Press Accounts of the 1911 Revolution: «Seeing revolution»”, China Information, Sage, Taiwan, 2011, p. 252.

uma forte adesão militar, permitiu que a República fosse proclamada em Dezembro - sob a égide de Sun – e que o Imperador abdicasse em Fevereiro de 1912, terminando a revolução. Yuan Shikai, líder do movimento militar que sustentou todo o período via obtenção de vários apoios, forçou Sun a entregar-lhe o poder.¹¹ A República acabou por ser um sonho curto face à ascensão dos *Warlords* que fundaram uma espécie de nova dinastia sobre uma falsa bandeira republicana. “*At the end of November, Sun Yat-Sen left China for Japan, driven once more into exile from his own country, [with] his republican dreams in ruins*”¹².

A Província de Macau dos finais da Dinastia Qing ao início da I República Chinesa

Para compreender as visões políticas e as posições diplomáticas dos portugueses em estudo é de extrema relevância enquadrar historicamente, nos planos político-sociais, a colónia. Primeiramente deve-se salientar que apesar da proximidade cronológica das revoluções republicanas em Portugal e na China, as semelhanças são praticamente inexistentes. “*There is an essential link between the first Republic of China and the first Republic of Portugal: Macao*”¹³.

Arnaldo Gonçalves qualifica de “*combate pelos corações e almas*» dos cidadãos da elite portuguesa colonial”¹⁴ o confronto entre a afirmação da elite republicana Macaense, associada aos grupos locais alinhados com os partidos antimonárquicos e ao peso da loja maçónica *Camões*, e uma comunidade tradicionalmente conservadora, católica e monárquica. A digladição entre os jornais portugueses de Macau relativamente a questões cuja sensibilidade relacionava-se, por exemplo, com a expulsão das ordens religiosas ou com a nacionalização dos bens eclesiásticos fruto da separação do Estado da Igreja é um exemplo desse aspecto. O jornal *A Verdade*, dirigido por Constâncio da Silva¹⁵ ou o *Echo Macaense* e o *Novidades*, ambos

11 DIAS, Alfredo, “Os anos da República (1908-1928) in Review of Culture, vol. 37, 2011, pp. 68-69.

12 SPENCE, Jonathan, op. cit, p. 281.

13 DIAS, Alfredo e HO, Vincent, “Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1908-1927)” in Review of Culture, vol. 36, 2010, p. 6.

14 GONÇALVES, Arnaldo, “A Primeira República, Macau e os Maçons” in Review of Culture, vol. 36, 2010, p. 55.

15 MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), História dos Portugueses no Extremo Oriente, vol. IV, Macau e Timor no período Republicano, Fundação

escritos por Francisco Fernandes, eram jornais que introduziam artigos antimonárquicos com particular destaque para o segundo que abertamente apoiava a causa de Sun.¹⁶ Por seu turno, a própria imprensa local “*foi peça de algum valor na gigantesca máquina que pôs fim ao Celeste Império*”¹⁷.

Dentro dessa maçonaria republicana, destaque para a presença do poeta Camilo Pessanha e de Francisco Fernandes, personagem que foi amigo íntimo de Sun desde os tempos em que era médico. Isso é revelado em diversas ocasiões como, após nomeação de Sun para Presidente do Governo Provisório, Francisco Fernandes ter-lhe escrito uma carta¹⁸ que recebeu resposta com a proposta deste ser Ministro Honorário da República Chinesa ou quando Francisco Fernandes. exigiu ao Governador de Macau a organização de um comício e de uma cerimónia do içar da bandeira republicana chinesa para celebrar a ocasião.¹⁹ Anteriormente fora o mesmo, através da influência na política local, que lhe conseguira o emprego no Hospital Kiang Wu e lhe dera refúgio após o fracasso da primeira revolta Anti-Manchu, impedindo-o de ser preso pelas autoridades chinesas. Além disso, reuniam-se na «Casa do Bandos dos Quatro» onde, segundo relata, “*discutiam-se opiniões revolucionárias, acarinhavam o pensamento revolucionário e estudavam assuntos revolucionários, tornando-se muito íntimos e felizes*”²⁰.

No dealbar do século XX, diversos elementos pertencentes aos quadros do *Leal Senado* (instância paralela ao Governador) e ao poder colonial defendiam a causa republicana, introduzindo um *modus vivendi* face ao conservadorismo da comunidade e aos poderes sociais instalados, permitindo perceber que a “*dissolução da base ideológica da monarquia e a expansão das ideias da*

Oriente, Lisboa, 2003, p. 18.

16 BESSA, Carlos, Macau e a Implantação da República na China, Fundação Macau, Macau, 1999, p. 18.

17 SILVA, Henrique Rola da, *A Imprensa Chinesa de Macau: envolvimento histórico*, Gabinete de Comunicação Social, Lisboa, 1991, p. 54.

18 “Warmly praising him for his «perseverance, staunchness and boundless courage», «admired by the whole world» and saying that Sun was «a special person who inspired the revolutionary people in whole world» CHENGKANG, Fei, Macao – 400 years, The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, Shanghai, 1996, p. 327.

19 LEI, Zheng, YUNHUA, Sheng e CHEONG, Fok, Macau: Portal e palco por onde Sun Yat-Sen ganhou acesso ao mundo, Universidade de Macau, Livros do Oriente, Macau, 1996, p. 206.

20 BESSA, Carlos, Macau e a Implantação da República na China, Fundação Macau, 1999, p. 18-22.

República fez-se de forma faseada”²¹.

Noutro sentido, Sun nasceu num condado anexo a Macau e, durante toda a sua infância, entrou no quotidiano macaense devido à profissão de sapateiro do pai que estava constantemente entre a cidade berço e a colónia portuguesa. Posteriormente, enquanto médico, exerceu funções no Hospital Kiang Wu entre 1892-9322 até ser expulso pelas autoridades portuguesas a pretexto “*that any doctor practicing medicine had to have a Portuguese diploma*”²³. Durante este período, compreendeu que se tratava de um espaço próspero para a proliferação dos seus pensamentos políticos devido à sua existência autónoma semelhante a Hong-Kong onde a cultura ocidental estava presente e poderia obter refúgio, planear operações e efectuar contrabando de armamento.²⁴ “*Macao’s peculiar status made it a safe heaven for reformers and revolutionaries. The Chinese government could not control revolutionary activities in Macao, and the Portuguese authorities didn’t feel threatened by them*”²⁵ / “*Macau constituía (...) um dos raros locais da China onde a consciência revolucionária era mais sensível*”²⁶.

Sob a alçada da Aliança, Sun enviou três membros relevantes do grupo para Macau, em 1906, com o intuito de propagandear a ideologia nacionalista. Verificou-se a sua difusão através do “*Harmonious Group Reading Room*” que possuía bibliografia ocidental, do teatro amador “*Association of the Best Heaven*” - formado por jornalistas - ou na publicidade nos comboios que iam para Hong-Kong que, por não terem controlo, permitiam a disseminação de ideais Anti-Manchu. Encontramos estratégias distintas na formação de centros polarizadores revolucionários onde foi essencial a *Cultivating Fundamental Two-Level Primary School* aberta por um ex-estudante que estivera no Japão que forneceu, durante os últimos três anos imperais, educação a mais de 100 jovens e cultivou-lhes o sentido nacionalista, representando

uma verdadeira filial e um centro operacional da Aliança em Macau.²⁷ Conclui-se que estamos perante um importante centro de apoio à causa da Aliança e uma ligação intrínseca à personagem de Sun.

Contrastando com esta visão é importante salientar o facto da esmagadora maioria dos habitantes serem chineses e estarmos perante uma mundividência complicada do ponto de vista da qualidade de vida.²⁸ Por fim, é importante compreender que estamos perante uma colónia com “*um atraso endémico (...) dividida entre uma elite colonial que controlava os cordéis da política local e uma significativa e rica comunidade chinesa colocada à margem das decisões da província*”²⁹.

No âmbito dos governadores contemporâneos ao período revolucionário encontramos Álvaro de Melo Machado que substituiu o monárquico Eduardo Marques – de quem era secretário pessoal³⁰ - quando é nomeado a 17/12/1910, exercendo o cargo até Maio de 1912. Até à data, Álvaro M. era o mais jovem governador o que não deixa de ser alvo de elogios pelo governo central,³¹ destacando-se pela introdução do movimento escutista em Macau (Fig. 5), pela celebração da instauração da República portuguesa com uma estátua de Vasco da Gama (Figs.8-12) e, principalmente, pela construção de dragas no porto e pela iluminação eléctrica da cidade. No âmbito económico, segundo o jornal *Pátria* de 20/5/1926, “*transformando o contrato do ópio e fazendo-o render, para a colónia, quantias superiores às contabilizadas anteriormente*”³².

²⁷ DIAS, Alfredo G. e HO, Vincent, Ho, Vincent, “Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1908-1927) in Review of Culture, vol. 36, 2010, pp. 12-14.

²⁸ “Macau, em 1900, era uma cidade sonolenta de ópio que se reflectia nos bancos lodosos do rio. Nas ruas e nas casas a situação era doentia. A tosse seca da tuberculose interrompia amiúde o fluir das conversas. Os pântanos de Mong Há, nos arredores (...) exalavam pestilências que os mosquitos transportavam para a cidade. A peste bubónica e o tifo, pragas endémicas, espalhavam a morte”. GUEDES, João, op.cit, p. 57.

²⁹ GONÇALVES, Arnaldo, “A Primeira República, Macau e os Maçons” in Review of Culture, vol. 36, 2010, p. 83

³⁰ O próprio salientou a importância para a sua formação: “Felizmente, os cargos que ocupei de ajudante de campo do governador e de secretário-geral traçaram-me uma esplêndida ponte de passagem para o lugar de governador, mas nem por isso tendo deixado de considerar muitas vezes as dificuldades em que me veria se não possuísse esse contacto com os «dessous» da vida oficial e da situação da Província” in AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Doc. 6/Apontamentos sobre o Governo de Macau referidos a 1 de Julho de 1912, p. 1

³¹ “O actual governador de Macau é um oficial muito distinto e tem feito um bom governo, apesar da sua pouca idade e experiência de vida” in Sessão do Senado da República, nº 4, 6 de Dezembro de 1911, p. 3

³² MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), História dos Portugueses no Extremo

Curiosa a dificuldade que teve em impor o descanso semanal aos chineses de Macau.³³

Aníbal Sanches de Miranda (1865-1939) foi o substituto no cargo permanecendo até Junho de 1914 (Fig.8). “*Era um militar de grande pundonor, companheiro de armas de Mouzinho de Albuquerque nas campanhas de pacificação*”³⁴ e a sua experiência em Macau começara na fase final da Monarquia através do ensino no Liceu e no comando das guarnições militares, tendo a sua administração sido marcante pela manutenção da estabilidade político-social da colónia.³⁵

Sumarizando as relações diplomáticas luso-chinesas deve-se começar pela certa eternidade da questão das delimitações territoriais provenientes do século XVI que só através de uma “*atmosphere of political, economic and social tolerance present in the city’s everyday life*”³⁶ a colónia se foi mantendo. As dificuldades presentes desde a segunda metade de oitocentos têm como exemplo a negociação com o Visconde de S. Januário, “*O governo chinês só à força das armas consignaria num tratado a alienação por mínima que fosse, de uma parte do território do celeste império*”³⁷. Nas vésperas da revolução importa salientar a Conferência Internacional do Ópio que se marcou pela intransigência chinesa em reconhecer as ilhas em torno do território macaense. O encarregado dos negócios portugueses em Pequim, Martinho de Brederode, já alertava a metrópole acerca dos jornais chineses falarem muito e negativamente da colónia.³⁸

No âmbito do reconhecimento da República Portuguesa, logo em Novembro, o representante

Oriente, vol. IV, Macau e Timor no período Republicano, Fundação Oriente, Lisboa, 2003, p. 22

³³ “Vai pois tal medida contra os hábitos daqueles que representam a quase totalidade da população do comércio e das indústrias desta colonia, sendo de todo inconveniente pô-la em prática por isso os chineses a quem feilito extraordinariamente conservador não permite criar hábitos novos dum momento para outro” in AHU/Ministério do Ultramar/ Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/ Caixa 88/Maço 1/1 de Junho de 1911

³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal (1910-1926), Vol. XI, História Política, Militar e Ultramarina, Edições Verbo, Lisboa, 1991, p. 459

³⁵ DIAS, Alfredo, Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio: 1909-1925, Livros do Oriente, Lisboa, 2004, p. 100

³⁶ DIAS, Alfredo, “Portugal, China e os Novos Regimes Republicanos: Continuidades e Rupturas no Diálogo Sino-Português em Torno da Questão de Macau (1909-1911)” in Review of Culture, vol. 40, 2011, p. 58

³⁷ MAGALHÃES, José Calvet de, Breve História Diplomática de Portugal, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1990, p. 195

³⁸ SALDANHA, António V., “As Conferências Intergovernamentais de 1909 para a delimitação de Macau e o seu significado nas relações luso-chinesas”, Administração, nº 30, vol. VIII, Lisboa, 1995, pp. 754-755

diplomático afirmou que foi autorizado pelo Império a estabelecer relações “*duquel la Chine désire particulièrement cultiver les rapports traditionnels d’amitié et de bon voisinage*”³⁹ e, após o estabelecimento oficial do Governo nacional em 1911, reconheceu a República a 13 de Setembro, nas vésperas da sua revolução. Desde 1911, perante a necessidade de discutir a delimitação de Macau, a «Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China» de Abril desse ano, revela que, nesta questão, os republicanos, “*não permitiam uma praxis política linearmente colada ao discurso ideológico ou propagandístico*”⁴⁰. Este grupo nomeado pela metrópole era formado por indivíduos altamente conhecedores da realidade macaense e foram debatidas questões como “*o comércio, o caminho-de-ferro de Macau a Cantão, a questão internacional do ópio, as questões de extradição e as de nacionalidade*”⁴¹.

Perspectivas Diplomáticas

O governador de Macau na época revolucionária, Álvaro de Melo Machado, manteve uma linha de raciocínio na forma como informou a metrópole. Foi capaz de manter um equilíbrio através de uma lógica de perigo consciente pelos nacionalistas ansiosos de recuperar regiões como Macau e a transmissão, numa primeira fase, de esperança sobre quais poderiam ser as vantagens numa República na China, principalmente quando Portugal tinha instaurado esse tipo de regime político.

Uma visão mais cautelosa é revelada em ocasiões como Janeiro e Julho de 1912 onde no primeiro mês assume que “*Cedo, porém, é ainda para se fazerem previsões de qualquer natureza sobre a orientação que a China tomará (...) ainda mesmo ao triunfo das novas instituições, os mesmos processos antigos virão guiar a administração e só lentamente cederão o campo à acção rigorosa dos novos homens da China.*”⁴² e no segundo “*Eu não julgo que as*

³⁹ DIAS, Alfredo, op. cit, p. 57

⁴⁰ DIAS, Alfredo, “As Questões actualmente pendentes entre Portugal e a China (1911) in Review of Culture, vol. 37, 2011, p. 8

⁴¹ MACHADO, Bernardino, “Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Ministro” in Diário de Governo, Número 80, 7 de Abril de Ano 1911, p. 1460

⁴² AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Maço 6/Expediente-Geral nº 1/5 de Janeiro de 1912

*dificuldades da revolução chinesa estejam passadas. Penso pelo contrário que muitas horas desagradáveis terão que passar e que muito desassossego, muito sangue haverá na china brevemente. Com efeito a história chinesa está repleta de revoluções e contra revoluções (...) Fez a republica chinesa é certo, mas as desinteligências são muitas, o partido imperialista ainda muito grande, as rivalidades entre o norte e o sul cada vez mais profundas*⁴³, provando claramente a consciência sobre o carácter irreverente da sociedade chinesa que levaria tempo a entrar no ritmo de uma nova administração ou as divergências internas que poderiam fundar uma contra-revolução. Através do seu *Relatório de Governo*, o mesmo continua a transmitir uma mistura de sentimentos entre a apreensão que a nova República poderia resultar para a província e o desejo da igualdade de regimes políticos na nação onde vive.⁴⁴

Ainda que com pouca experiência na governação foi capaz de reagir face a uma conturbada e pouco explícita revolução através da leitura de imprensa inglesa e dos permanentes contactos com o encarregado da gerência interina Carlos R. de Assumpção do consulado de Cantão. Álvaro de Melo Machado parece denotar um sentido de conhecimento sobre os factos e uma percepção próxima da verdade sobre as cartas que recebe em mão, “*O movimento revolucionário tem-se alastrado por toda a China com grande velocidade e o menor incidente é motivo para sérios motins, brutais repressões, e uma agitação ameaçadora com que é absolutamente necessário (...) estarmos preparados. Por toda a parte as sociedades secretas persistem na sua obra de dificultar a acção do governo chinês incitando o ódio ao estrangeiro e à dinastia reinante. Por toda a China os vice-reis lutam com ameaças constantes de revoluções, com a falta de confiança nas tropas e com a oposição às medidas de mais*

enérgico carácter”⁴⁵.

Através deste enquadramento de perigo revolucionário que se poderia alastrar a Macau, o governador procurou estabelecer contactos com a metrópole a fim de reforçar o policiamento que acabaram por ser atendidos.^{46/47} O Ministro das Colónias Freitas Ribeiro é prova disso mesmo, “*foi necessário mandar ultimamente algumas forças para Macau, em virtude da revolução na China, e que essas forças foram destacadas*”⁴⁸. O mesmo ministro salientou, mais tarde, o efectivo envio de um contingente para assegurar a tranquilidade da mais longínqua colónia portuguesa, “*O Governo tomou já todas as providências ao seu alcance, mandando partir para ali forças que (...) em muitos breves dias para ali seguirão (...) reunindo-se em Macau para cima dum milhar de homens. (...) Essas forças serão suficientes, espero-o, para manter o prestígio da bandeira e sossego da colónia*”⁴⁹.

Esta foi a resposta dada à preocupação inerente aos telegramas enviados por Álvaro de Melo Machado que, logo em a 16 de Novembro de 1911, pediu auxílio quase em desespero, “*com a maior urgência uma expedição composta de uma bateria de artilharia de montanha, tiro rápido, pessoal, mais dois subalternos, vinte soldados, artilharia, duas companhias de infantaria com duas metralhadoras e, no caso de não ser possível, um navio de guerra (...) Se os reforços pedidos não forem enviados com a maior urgência, especialmente a força indiana, eu não tomo a responsabilidade da segurança da colónia...*”⁵⁰. O *Boletim Oficial de Macau* incrementa esta perspectiva devido à existência da necessidade

45 MACHADO, Álvaro de Melo, Província de Macau: Relatório de Governo, Macau, 1911, p. 85 [Consultado em Microfilme no Centro Cultural e Científico de Macau - MCAH/LR/0251/H.G5]

46 “Devo dizer que o Governador de Macau em vários telegramas, em resposta às ordens dimanadas do Ministério das Colónias, mostrou sempre o receio de mandar a Pátria [navio], conduzindo forças de guarnição, daquela província, que podiam ser necessárias dum momento para o outro” in Sessão da Câmara dos Deputados, nº 54, 15 de Fevereiro de 1912, p. 5

47 “A necessidade de assegurar a soberania portuguesa nas colónias situadas no Extremo Oriente, onde Macau ficou ameaçado de invasão por efeito da Revolução da China (...) obrigou o Governo da metrópole a mandar reforçar a guarnição militar dessas colónias, fazendo para isso destacar forças da Índia e de Moçambique” in Sessão da Câmara de Deputados, nº 90, 15 de Abril de 1912, p. 6

48 Sessão da Câmara dos Deputados, nº 88, 11 de Abril de 1912, p. 7

49 Sessão do Senado da República, nº 4, 6 de Dezembro de 1911, p. 5

50 Telegrama do Governador ao Ministro das Colónias, de 16.11.1911, in AHDMNE, 3ºP A12 M.20/21 in SALDANHA, António V., “Sun Yat-Sen e a fundação da República Chinesas vistas de Portugal. Uma aproximação política e diplomática” in Administração, nº 94, vol. XXIV, 2011, p. 1243)

de “*assegurar à comunidade chinesa que o reforço de tropas que o governo mandou vir para esta colónia, tem por fim de tornar mais forte o policiamento e segurança desta cidade para o caso possível de qualquer ataque de piratas*”⁵¹, aspecto observado em algumas ocasiões.⁵²

Carlos Assumpção mandou a lancha-canhoeira *Macau*, logo após a revolução de Outubro, com o intuito de “*incutir no ânimo dos Chins a impressão de que Portugal tem também interesses a defender e proteger na China*”⁵³. Não pode passar ao lado desta análise o facto de Cantão estar numa posição geográfica próxima de Macau e que foi das primeiras áreas a serem alvo da revolução em que o próprio Vice-Rei parecia estar “*inclinado em favor dos revolucionários*”⁵⁴. O Governador de Macau era altamente influenciado pelo consulado de Cantão – “*A experiência mostrou bem este ano pela série de assuntos exclusivamente resolvidos, por entendimento entre o governo de Macau e o vice-rei de Cantão, que a maior parte dos incidentes, sempre originados por assuntos relativos a esta nossa Colónia, muito ganham em ser tratados directamente entre estas duas autoridades*”⁵⁵.

Os seus receios poderão ter aumentando quando recebe a notícia de que “*Acaba de ser pacificamente declarada independência em Cantão onde foi hasteada a bandeira republicana*”⁵⁶ a 17/11/1911. Assim, parece claro que o receio sobre um possível ataque por parte dos nacionalistas poderia suceder face à sua ideologia xenófoba e à presença de tropas junto a Macau desde Agosto de 1911 com o intuito de pressionar os locais.⁵⁷

51 REGO, José Maria E. Carvalho, “Edital da Procuratura Administrativa dos Negócios Sínicos de Macau” in Boletim Oficial de Macau, nº 2, 13 de Janeiro de 1912, p. 25

52 “(...) a bem da ordem pública e da segurança dos habitantes desta colónia (...) que é de toda a conveniência que os habitantes chineses andem munidos de apitos para no caso de qualquer ataque ou assalto (...) invocarem o socorro da polícia” in REGO, José Maria E. Carvalho, “Edital da Procuratura Administrativa dos Negócios Sínicos de Macau” in Boletim Oficial de Macau, nº 13, 04-05-1912, p. 127

53 Ofício do Cônsul de Portugal em Cantão ao Governador, de 28.10.1911, anexo ao ofício de 17.11.1911 do Cônsul ao MNE, AHDMNE, 3ºP A12 M.20/21 in SALDANHA, António V., op. cit, p. 1236

54 Ibidem in SALDANHA, António V., op. cit, p. 1237

55 MACHADO, Álvaro de Melo, *Província de Macau: Relatório de Governo*, Macau, 1911, p. 84 [Consultado em Microfilme no Centro Cultural e Científico de Macau – Cota: MCAH/LR/0251/H.G5]

56 Ofício nº332, Proc. Nº504 de 17 de Novembro de 1911, AHDMNE, Consulado Geral de Portugal em Cantão, 3P, A12, M20 e 21 in BESSA, Carlos Gomes, Macau e a Implantação da República na China, Fundação Macau, Macau, 1999, p. 63

57 “Tropa com pouca confiança no governo Chinês, mas acumularam forças junto de Macau para assustar a população” in AHU/SEMU/DGU/3º

Contrariando toda esta argumentação, existem duas lógicas que devem ficar assentes, nomeadamente a do próprio Carlos Assumpção que procurou, em certa medida, acalmar o governador macaense, “*Nestas circunstâncias, pois, não é de recear que em Hong Kong ou em Macau se efectue qualquer invasão no sentido de se apoderarem dessas duas colónias, sendo até muito natural que todos prefiram ter esses dois lugares para se refugiarem (...) Portanto, a invasão dos Chinas, a dar-se em Macau, deverá ser pacífica e proveitosa*”⁵⁸. Ao mesmo tempo, a ausência de uma ocorrência de efectivo perigo parece contrariar estes receios já que é o próprio governador de Macau que transmite essa ideia: “*Se em Macau soubermos manter a tranquilidade que até agora com rara felicidade temos mantido, uma população chinesa abastada continuara a vir acolher-se a sombra da nossa bandeira. (...) Para conseguirmos tais resultados é indispensável mantermos um núcleo de forças relativamente importante que possa garantir uma polícia terrestre e marítima extremamente cuidada*”⁵⁹.

Após a saída do seu posto e com a chegada de Sanches de Miranda foi possível compreender, através da documentação recolhida, que há uma manutenção da paz face aos inúmeros telegramas, praticamente trissemanais, enviados pelo mesmo para a metrópole, pressupondo a estabilização revolucionária a partir da segunda metade de 1912 e ao longo de 1913.⁶⁰ “*Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que é bom o estado sanitário desta colónia, e a tranquilidade pública contínua sem alteração. Saúde e fraternidade. Palácio do governador em Macau, 21 de maio de 1913. O governador interino, Aníbal Sanches de Miranda*”⁶¹.

Repartição/001/Lv0002/Saída de Correspondência de Macau e Timor/18 de Agosto de 1911

58 SALDANHA, António V., op. cit, p. 124.

59 AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2º Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Doc. 6/Apontamentos sobre o Governo de Macau referidos a 1-71912, pp. 76-80

60 AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Vários Maços/16 de Maio, 13 de Julho, 18 de Agosto ou 10 de Outubro de 1912.

61 AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Maçø 9/21 de Maio de 1913.

Ópticas Contemporâneas

Dr. J. António Morais Palha: A obra deste médico, *Esboço crítico da civilização chinesa*, é caracterizada pela sua extrema violência na caracterização da sociedade chinesa considerando-a, entre outras coisas, “*supersticiosa, egoísta, xenófoba, impúdica e em decomposição*”⁶². No início do seu retrato efectua uma breve análise ao contexto político recente, tendo a capacidade de distinguir a heterogeneidade dos grupos que estariam contra o sistema imperial nomeadamente os reformistas e os revolucionários, “*Um pequeno núcleo de cabeças pensantes, reagindo inteligentemente contra os preconceitos dos velhos «reformistas» chineses (...) [com o] desejo comum de expulsarem a dinastia tártara*”.

Salienta a relevância de Sun Yat-Sen, “*o insigne reformador nacional*”, que foi capaz de unir “*a alma de um povo de quatro centos milhões de indivíduos*”. Sem dúvida que estamos perante um indivíduo que possui uma mistura de sentimentos perante o enquadramento que assiste visto que, apesar de criticar abertamente a China, vê na instauração do republicanismo um passo para o progresso social tendo em conta que “*A República Chinesa não representa única e simplesmente uma nação que mudou a sua forma do governo (...) mas caracteriza também uma sociedade que repudiou o seu passado e se emancipou dos prejuízos da própria civilização, rompendo as poderosas cadeias que a traziam fora do progresso universal*”. Por fim, o Dr. Palha demonstra esperança pelos eventos que recentemente tinha presenciado quando afirma: “*Qualquer que seja, porém, e por momentos, o aspecto crítico da questão, o que é incontestável é que a China de hoje não é a China de ontem*”.

Camilo Pessanha (1867-1926): Segundo Daniel Pires, o tom crítico de Camilo no prefácio da obra do Dr. Palha é fruto de uma visita a Cantão, local cujos choques morais elevaram “*(...) a sua sensibilidade dorida, a sua formação humanista, e a sua solidariedade social, [levando-o] a lavrar, em páginas de grande apuro formal, um veemente libelo contra a tortura institucionalizada*”⁶³.

O poeta, que residiu em Macau entre 1894 e 1926, iniciou o texto defendendo que o Dr. Palha se concentrou no estudo da evolução chinesa, “*abstendo-se de deduzir quaisquer corolários acerca dos destinos da nação e da raça, em cujas abscônditas profundezas psíquicas se vem desde há anos elaborando um processus de gigantesca transformação morfológica – da qual a recente revolução, derruindo o trono arquimilenário, foi simples episódio de secundária importância*”⁶⁴, demonstrativo imediatamente da sua óptica relativa ao processo revolucionário. Catalogando de «secundária importância», entende-se que a metamorfose político-institucional não simbolizou um avanço efectivo numa sociedade amplamente anacrónica quando comparada com o contexto Ocidental da qual o autor é originário.

Esta mesma perspectiva sobre a revolução é enaltecida, “*quando foi da proclamação da República (apenas nominal, por enquanto), e se intentou ingenuamente a substituição instantânea e radical do clássico traje nacional pela sobrecasaca, pelo smoking, e pelo fato de cheviote das alfaiatarias europeias, está longe do seu termo*”, classificando pejorativamente os seus governantes que ansiavam por transformar o sistema à moda europeia apenas superficialmente. Assevera que o período que está a relatar representa uma “*crise nacional [que] há-de necessariamente ser longa, porque é complexa e profunda*”, não possuindo uma grande capacidade elogiosa – a não ser a dificuldade do regresso dos *Manchus* ao trono - perante um sistema político, do ponto de vista formal, semelhante ao português.

Justifica a queda do Império pela corrupção presente no sistema administrativo repleto de “*podridão que a corroía*” onde reinava a crueldade e a injustiça e pela existência de “*uma plebe irreverente, que de súbito, lhe perdera o tradicional respeito [fruto] (...) de longos anos de despotismo e depredações*”, optando por apoiar os grupos revolucionários. Adquire uma visão larga sobre o processo revolucionário ao sublinhar a relevância

Português do Oriente e Instituto Cultural de Macau, Macau, 1992, p. 19

⁶⁴ PESSANHA, Camilo, “Introdução a um Estudo sobre a Civilização Chinesa”, PALHA, J. António Filipe Morais, *Esboço crítico da civilização chinesa*, Tipografia N. T. Fernandes e Filhos, Macau, Maio de 1912 in QUADROS, António, *Obras de Camilo Pessanha II – Contos, Crónicas, Cartas escolhidas e Textos de Temática Chinesa*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998, p. 129. As citações seguintes estão entre as páginas 147 e 149.

que um conflito externo teve na germinação de um sentimento nacionalista na alma de uma vasta camada populacional, “*A revolução, iniciada nas ideias e nos costumes logo após a Guerra Sino-Japonesa como principal manifestação da intensa, embora pouco ostensiva, reacção do entorpecido sentimento patriótico que este formidável desastre determinou*”.

A sua esperança na República é reduzida e cautelosa pela consciência do longo período necessário para a construção de uma nova máquina política. Revela ainda a pouca unidade de um vasto conglomerado de regiões “*dominado pelas várias oligarquias e por influências diversas, as quais se exercem parcialmente, em certos lugares ou acerca de objectos determinados, sobre um fundo caótico de anarquia*”, pensamento unânime entre os autores. Finalmente, o seu retrato da China promove a lógica de representação de uma sociedade decadente assegurando que “*Veio, assim, a revolução aumentar o carácter de documento histórico de uma época morta (...) quem, chegando aqui amanhã, pretenda informar-se do que era a antiga China, a China de ontem, idêntica à dos tempos de Fernão Mendes Pinto e de Camões*”, simbolizando esse atraso civilizacional.

Carlos Augusto Montalto de Jesus (1863-1927): Este historiador reflectiu sobre a revolução chinesa em duas obras: *Macau Histórico* (1926) e *Portugal e Macau. Problemas Económicos e Políticos* (baseado numa comunicação efectuada a 6/11/1911 na Sociedade de Geografia). Apesar de viver em Macau, esteve em Lisboa de Novembro de 1911 até ao final de 1912, o que não lhe possibilitou presenciar o processo revolucionário. Na obra de 1911, Montalto de Jesus criticou a letargia com que o governo monárquico encarou a província macaense e os males que provocou na sociedade portuguesa, “*O regime monárquico não só arruinou o país: esmoreceu na alma nacional a confiança, o arrojo indispensável á vida comercial, deixando o povo quase morto em marasmo e obscurantismo económico*”⁶⁵. Simultaneamente transmite a expectativa positiva que possui no republicanismo

⁶⁵ JESUS, Carlos A. Montalto de, *Portugal e Macau. Problemas Económicos e Políticos*, Lisboa, Tipografia Universal, 1911 in JESUS, Carlos A. Montalto de, *Macau Histórico*, edição de Beltrão Coelho, Livros do Oriente, Macau, 1990, p. 11. A citação seguinte está na mesma página 11.

português e na época de mudança que a China estava a atravessar “*Ao passo que o regime republicano inaugura uma época esperançosa para as colónias, também a China evolutiva de hoje cria condições de muita significação para Macau*”, possibilitando uma nova fase para a colónia.

A visão de 1926 é fortemente marcada pela longevidade e reflexão sobre os acontecimentos passados no início da República onde a esperança não está presente. É o único crítico de Sun Yat-Sen pelo facto deste ser uma “*estrela ascendente (...) de mau agoiro para Macau, porque guardava um velho ressentimento que datava do tempo em que não lhe permitiram praticar medicina em Macau por não ter um diploma português como era requerido pela lei*”⁶⁶. Os receios face aos sentimentos nacionalistas de recuperação de Macau estão, também, em evidência fruto da “*agitação irredentista levada a cabo por influentes sociedades secretas (...) com a sua inflamatória e histórica propaganda*”.

O seu tom é profundamente crítico perante ambas as Repúblicas possivelmente pela desilusão que Portugal representou para muitos sonhadores de 1910, “*Por uma bastante singular coincidência Portugal e a China adoptaram quase simultaneamente o regime republicano para a sua tardia regeneração e como o seu único meio de salvação. Mas prometedora ao princípio parecia essa perspectiva, a mudança de regime, infelizmente, não conseguiu até hoje corresponder às expectativas*”.

Há uma condenação efectiva do interior de ambas as administrações, “*O que Portugal e a China precisam são homens com a firmeza de carácter de, por exemplo, Lincoln e Gambetta*” em que a noção da conservação do *status quo* relativamente ao sistema político-social e económico é simbólico da decepção que transparece desta leitura, “*As repúblicas, como diz Napoleão, não são feitas de velhas monarquias. Em ambos os casos, o republicanismo serve, evidentemente, apenas como um anúncio à porta, enquanto lá dentro o velho estábulo augeano, desprezado, continua a apodrecer como outrora, por entre saturnais suficientemente sugestivas da festa de Belshazzar na véspera da perdição*”. Importa, ainda, evidenciar que, na primeira versão da obra

⁶⁶ JESUS, Carlos A. Montalto de, *Macau Histórico*, edição de Beltrão Coelho, Livros do Oriente, Macau, 1990, p. 291. As citações seguintes estão presentes na mesma página e na 298.

(*Historic Macao* 1902), já salientava os receios sobre as dificuldades que Portugal poderia passar na manutenção da colónia no Extremo Oriente.⁶⁷

J. A. Fernandes (1877-?): Para Mónica Pina, o curto estudo – 16 páginas - do capitão farmacêutico do Ultramar “*reflecte sobre a onda de energia que se apossou do país*”, sendo um texto etnocêntrico que, uma vez mais, demonstra o desprezo ocidental pela China onde o militar a considera “*supersticiosa, implacável e covarde*”⁶⁸. Este estudo é escrito em 1916 e, desse ponto de vista, estará presente o clássico «*handicap do a posteori*» pela noção do desenrolar dos acontecimentos.

Denotamos o seu carácter republicano quando assume que se surpreendeu “*ao ver o entusiasmo que a revolta republicana lhes despertou. Pasmei e gostei. Pois existia na alma deste povo tal culto pela república, tal amor pela liberdade, tão intensa e tão viva essa aspiração de Fraternidade?!*”⁶⁹. Desde início que transmite o desgosto pelo rumo que a revolução acabou por seguir em que a instauração republicana foi um mero “*arranco artificial de progresso*”. Para J. Fernandes três foram as principais causas que justificaram a revolta republicana: “*o pirata, o ódio ao manchu e as associações secretas*” onde o ódio à dinastia estrangeira possuiu um papel fundamental pelo facto de ser transmitido de geração em geração.

Também medita sobre a influência do papel de Sun “*o grande caudilho revolucionário (...) [que] tendo corrido mundo, tendo estado na livre América, possuidor duma sólida ilustração, ele viu o partido enorme que podia tirar desse ódio ao manchu, agitando-o, trazendo-o bem a flux como bandeira da sua causa. Tendo conseguido chefiar toda a vastíssima organização associativa da China, conseguiu assim ter nas suas mãos os elementos com que contava para a vitória*”, demonstrativo da

consciência que tem sobre o líder da Aliança acerca dos mecanismos que este deveria accionar para conquistar a fulcral base social de apoio. Para o autor, o fracasso do republicanismo chinês poderá ter sido preludiado através do atraso no reconhecimento do novo regime político por parte da Europa e dos E.U.A., forçando a ascensão de Yuan Shikai que merecia confiança interna e externa. J. A. Fernandes assume sem rodeios “*Aqui começa a derrocada da nova República*” visto que o novo líder “*dissolveu o partido nacional chinês correndo do parlamento 300 deputados desse partido*”, revelador da sua posição relativamente a Yuan Shikai.

Na última página do seu estudo é profundamente marcante o entendimento sobre o conjunto de aspectos negativos que marcavam a actualidade da República Chinesa, facilmente compreensível na sua escrita, “*A passividade da raça, o seu depauperamento, a degradação política, a repulsão pelo nosso progresso, tudo isso que ele [Sun] contava como factores a seu favor e que tinham sido o sustentáculo da velha monarquia, eram agora após três anos de república outros tantos elementos contra*”. No entanto, está claramente explícito o sentimento de esperança sobre o retorno do movimento idealizado pela Aliança, mesmo que isso resulte na desagregação do país, “*Sun Yat está vivo e com ele quase todos os seus companheiros de luta; os Kwangs acabam mais uma de se revoltarem e se a balda de qualquer revolucionário não destruir as ambições desse velho ambicioso, é possível até que esse vasto império, desagregando-se, venha a dar ainda nos nossos dias uma série de repúblicas*”.

Carlos R. de Assumpção: O diplomata possui uma visão correcta sobre os elementos do «New Army» que foram sendo incorporados nas fileiras revolucionárias, assim como sobre a conquista do apoio de piratas a troco de soldos, “*Os líderes do partido revolucionário, homens ricos da província, compreendendo que a melhor arma para alcançar a vitória era o dinheiro, trataram de conseguir a anuência das tropas tártaras por meio de uma remuneração pecuniária*”⁷⁰.

Assevera, através de uma consciência profundamente translúcida, que entregar a componente militar a alguns fora-da-lei isso poderia

dar mau resultado, “*no curto espaço de três meses se verá este Governo impossibilitado de sustentar a força pública, composta na sua maioria de bandidos da pior espécie aos quais está hoje confiada a segurança pública*”. O autor compreende que existia uma necessidade de equilibrar numericamente as forças revolucionárias contra as imperiais pelo “*estado anárquico*” em que se vivia. Crítica, ainda, que não existiam governantes à altura do desafio que representava o republicanismo, *De mais pouco há a esperar desta nova administração, à qual faltam directores experientes e sagazes e recursos bastantes para sustentar tão grande força pública, da qual depende a tranquilidade da província...*”⁷¹

Álvaro de Melo Machado (1883-1970): Já fora do cargo de Governador de Macau e com tempo para reflectir, escreveu *Coisas de Macau* (1913) onde produz uma breve análise sobre os acontecimentos revolucionários no final da obra com o título, «A Situação na China». Em primeiro lugar, reconhece que “*A China (...) foi sempre teatro de várias revoluções*” e evidencia a importância da abertura ao pensamento ocidental em que “*os governos chineses enviaram às universidades estrangeiras milhares de estudantes*”⁷², aspecto que, do ponto de vista da importância para a revolução, é clara nomeadamente no incremento da Aliança.

Elogia Sun Yat-Sen, “*infatigável trabalhador, o grande crente, e o fervoroso apóstolo do engrandecimento da China*”,*felicitar-se*”.

Conclusão

A realização deste estudo possibilitou, primeiramente, a noção de que a circunscrição temática se revela fundamental na procura da originalidade no meio historiográfico. Em seguida, a presença em diversos Arquivos Históricos ou a procura de obras, em certa medida, raras foram dos aspectos que mais gozo deu a este aprendiz de historiador. A principal crítica que efectuo a este estudo prende-se no facto de não ter existido um contraponto de visões monárquicas face às perspectivas republicanas de todos os indivíduos

analizados. Para tal, poderia ter sido efectuado uma pesquisa em imprensa para compreender a sua óptica perante a revolução em causa.

No âmbito das respostas obtidas, julgo que o principal aspecto é a clara divergência de perspectivas entre quem escreve depois de 1912 e quem relata os acontecimentos revolucionários, onde encontramos a esperança e a desilusão. Mesmo quem ansiava pelo progresso da China através do republicanismo receava os perigos que os nacionalistas poderiam representar para Macau e há cautela perante esta nova República que necessitava de uma profunda metamorfose na administração e nos paradigmas governamentais existentes. Álvaro M. possibilitou-me observar a visão de um governador que está directamente a viver a revolução no posto e, em seguida, de alguém que já deixou o cargo e tem consciência do rumo que Yuan S. tomou.

Sentiu-se o claro desprezo destas personagens pela civilização chinesa, o apreço por Sun Yat-Sen ou as justificações dadas para o mau percurso da República. Há divergências de leituras entre autores, como por exemplo, Pessanha que não parece surpreendido pela queda do Império, ao contrário de J. Fernandes que nem sonhava a existência do sentimento republicano. A metáfora de Montalto de Jesus sobre a ausência de bons políticos e da manutenção do *status quo* relativamente a regimes políticos anteriores foram aspectos profundamente curiosos.

Bibliografia

BESSA, Carlos Gomes, Macau e a Implantação da República na China, Fundação Macau, Macau, 1999.

CHENGKANG, Fei, Macao – 400 years, The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, Shangai, 1996

DIAS, Alfredo Gomes, “Portugal, China e os Novos Regimes Republicanos: Continuidades e Rupturas no Diálogo Sino-Português em Torno da Questão de Macau (1909-1911)” in Review of Culture, vol. 40, 2011.

Idem, “As Questões actualmente pendentes entre Portugal e a China (1911) in Review of Culture, vol. 37, 2011.

Idem, “Os anos da República (1908-1928) in Review of Culture, vol. 37, 2011.

Idem, Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio: 1909-1925, Livros do Oriente, Lisboa, 2004.

Idem e Ho, Vincent, “Portugal, China, Macao and the

⁶⁷ “(...) in these days of international rivalry in colonial expansion, when might has often supplanted right, a nation that fails to ensure the prosperity of its colonies cannot be expected to vegetate unchallenged in the name of other nations’ interests, if not in that of humanity and civilization: and it seems already written down in the book of fate that Portugal will ultimately fare as Spain did in the matter of colonies” in JESUS, C. A. Montalto de, Historic Macao, Kelly & Walsh limited, 1902, p. 358

⁶⁸ PINA, Mónica de Aragão e, Os Portugueses e o Oriente. Sião, China, Japão 1840-1940. Mostra bibliográfica. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2005, p. 99

⁶⁹ FERNANDES, J. A., Uma Fase Política da China: Ligeiro Subsídio para o estudo da psicologia Chinesa, Tipografia Mário A. Leitão, Porto, Abril de 1916, p. 4. As citações seguintes estão nas páginas 3, 13, 14 e 16.

⁷⁰ SALDANHA, António V., op. cit., p. 1238

⁷¹ Telegrama do Governador ao Ministro das Colónias, de 16.11.1911, AHDMNE, 3ºP A12 M.20/21 in SALDANHA, António V., op. cit., pp. 1243-1244

⁷² MACHADO, Álvaro de Melo, Coisas de Macau, Kazumbi, Macau, 1997, p. 149. Todas as citações seguintes estão presentes nesta obra até à página 153.

Beginning of Republican Regimes (1908-1927) in Review of Culture, vol. 36, 2010.

GASSTER, Michael, “The Republican Revolutionary Movement” in Cambridge History of China, vol. 11, Late Ch’ing 1800-1911 part II, org: TWITCHETT, Denis, CUP, Cambridge, 1980.

GILBERT, Martin, História do Século XX, vol. 1, Expresso, Lisboa, 2013.

GONÇALVES, Arnaldo, “O Debate de 1911-1912 Sobre o Modelo Político de Macau” in Review of Culture, vol. 40, 2011.

Idem, “A Primeira República, Macau e os Maçons” in Review of Culture, vol. 36, 2010.

GUEDES, João, As Seitas: Histórias do crime e da política em Macau, Livros do Oriente, Porto de Mós 1991

LEI, Zheng, YUNHUA, Sheng e CHEONG, Fok, Macau: Portal e palco por onde Sun Yat-Sen ganhou acesso ao mundo, Universidade de Macau, Livros do Oriente, Macau, 1996.

MACEDO, Jorge Borges de, História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica, Tribuna da História, Lisboa, 2008.

MAGALHÃES, José Calvet de, Breve História Diplomática de Portugal, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1990

MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), História dos Portugueses no Extremo Oriente, vol. IV, Macau e Timor no período Republicano, Fundação Oriente, Lisboa, 2003.

PELLEGRINI, Giacomo, “A China e Europa da Revolução Industrial” in História Universal, vol. 13, As Unificações Nacionais na Europa e a sua Influência Colonial e A Era do Imperialismo, org. SALVADORI, Massimo, Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005.

PISCHEL, Enrica Colloti, “Sun Yat-Sen: o homem novo” in A História da Revolução Chinesa, vol. III, Europa-América, Lisboa, 1976.

PISCHEL, Enrica, “A Revolução Maoísta” in História Universal, vol. 15, A Idade dos Totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial, org. SALVADORI, Massimo, Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005

PINA, Mónica de Aragão e, Os Portugueses e o Oriente. São, China, Japão 1840-1940. Mostra bibliográfica. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2005

PIRES, Daniel, Camilo Pessanha – Prosador e Tradutor, Instituto Português do Oriente e Instituto Cultural de Macau, Macau, 1992

SALDANHA, António V., “As Conferências Intergovernamentais de 1909 para a delimitação de Macau e o seu significado nas relações luso-chinesas”, Administração, nº 30, vol. VIII, Lisboa, 1995.

Idem, “Sun Yat-Sen e a fundação da República Chinesas vistas de Portugal. Uma aproximação política e

diplomática” in Administração, nº 94, vol. XXIV, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal (1910-1926), Vol. XI, História Política, Militar e Ultramarina, Edições Verbo, Lisboa, 1991.

SILVA, Henrique Rola da in A Imprensa Chinesa de Macau: envolvimento histórico, Gabinete de Comunicação Social, Lisboa, 1991

SPENCE, Jonathan D., The Search for Modern China, Norton & Company, Inc, NY, 1999.

ZARROW, Peter, China in War and Revolution, 1895-1949, Routledge, London, 2005.

Idem, Chinese press accounts of the 1911 Revolution: Seeing «revolution», Academia Sinica, Institute of Modern History, Taiwan, 2011.

Fontes Impressas

FERNANDES, J. A., Uma Fase Política da China: Ligeiro Subsídio para o estudo da psicologia Chinesa, Tipografia Mário A. Leitão, Porto, Abril de 1916

JESUS, Carlos A. Montalto de, Portugal e Macau. Problemas Económicos e Políticos, Lisboa, Tipografia Universal, 1911.

Idem, Macau Histórico, edição de Beltrão Coelho, Livros do Oriente, Macau, 1990.

Idem, Historic Macao, Kelly & Walsh limited, Hong Kong, 1902.

MACHADO, Álvaro de Melo, Coisas de Macau, Kazumbi, Macau, 1997.

Idem, Província de Macau: Relatório de Governo, Macau, 1911 [Consultado em Microfilme no Centro Cultural e Científico de Macau – Cota: MCAH/LR/0251/H.G5]

PALHA, J. António Filipe Morais, Esboço crítico da civilização chinesa, Tipografia N. T. Fernandes e Filhos, Macau, Maio de 1912.

PESSANHA, Camilo, “Introdução a um Estudo sobre a Civilização Chinesa”, PALHA, J. António Filipe Morais, Esboço crítico da civilização chinesa, Tipografia N. T. Fernandes e Filhos, Macau, Maio de 1912 in QUADROS, António, Obras de Camilo Pessanha II – Contos, Crónicas, Cartas escolhidas e Textos de Temática Chinesa, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998

Revistas e Boletins:

Ilustração Portuguesa, nº339 de 19 de Agosto de 1912

Ilustração Portuguesa, nº 326, 20 de Maio de 1912,

Ilustração Portuguesa, nº 270, 24 de Abril de 1911

Ilustração Portuguesa, nº 405, 24 de Novembro de 1913

Boletim Oficial de Macau, nº 2, 13 de Janeiro de 1912.

Boletim Oficial de Macau, nº 13, 4 de Maio de 1912

Outras Fontes:

Sessão do Senado da República, nº 4, 6 de Dezembro de 1911, pp. 3-5

Sessão da Câmara dos Deputados, nº 54, 15 de Fevereiro de 1912, p. 5

Sessão da Câmara dos Deputados, nº 90, 15 de Abril de 1912, p. 6

Sessão da Câmara dos Deputados, nº 88, 11 de Abril de 1912, p. 7

Diário de Governo, Número 80, 7 de Abril de Ano 1911, p. 1460

Arquivo Histórico-Ultramarino

AHU/SEMU/DGU/3ª Repartição/001/Lv0002/Saída de Correspondência de Macau e Timor/18 de Agosto de 1911.

AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Vários Maços.

AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Maço 6/Expediente-Geral nº 1/5 de Janeiro de 1912.

AHU/Ministério do Ultramar/Direcção-Geral das Colónias/2ª Repartição/ Macau e Timor /1911-1918/Caixa 88/Doc. 6/Apontamentos sobre o Governo de Macau referidos a 1 de Julho de 1912.

Anexos



Fig. 1 – “Capitão-Tenente Álvaro Cardoso de Melo Machado (1883-1970)”

Fonte: GONÇALVES, Arnaldo, “O Debate de 1911-1912 Sobre o Modelo Político de Macau” in *Review of Culture*, vol. 40, 2011, p. 67



Fig. 2 – “Major Aníbal Sanches de Miranda”

Fonte: “Figuras e Factos” in *Ilustração Portuguesa*, nº 326, 20 de Maio de 1912, p. 664



Fig. 3 – “Comemoração em torno da República em Macau”

Fonte: “Um Festival em Macau” in *Ilustração Portuguesa*, nº 270, 24 de Abril de 1911, p. 544

“Macau festejou o advento da República com uma solenidade bem patriótica à memória de Vasco da Gama.”

- O PAINEL DE AZULEJOS DE GABRIEL DEL BARCO EXISTENTE NA ENTRADA NOBRE DO PALÁCIO DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL REFLEXÕES DE HIPÓTESE NO CAMPO DA SIMBÓLICA
- O MONUMENTO FÚNEBRE A D. CARLOS: A EXECUÇÃO E A INAUGURAÇÃO
- O CONTRIBUTO DO POSTAL PARA A HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL
- A IGREJA DE SANTA MARIA DO OLIVAL DE TOMAR - SEDE RELIGIOSA DAS ORDENS DO TEMPLO E DE CRISTO